



EDUCAÇÃO INFANTIL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL: DIAGNÓSTICO DOS 20 ANOS DA LEI 10.639/2003

Grasiela Ramos Oliveira¹

Resumo: A presente pesquisa está em andamento, e tem como objetivo principal construir um diagnóstico sobre a implementação da educação infantil antirracista amparada pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008 a partir da produção científica brasileira, tendo como motivação principal a comemoração dos 20 anos da primeira referida legislação. Assim, se buscará identificar quais foram as teses e dissertações desenvolvidas sobre o tema educação infantil e relações étnico-raciais nos programas de pós-graduação do Brasil; identificar quais artigos já foram publicados sobre o tema educação infantil e relações étnico-raciais nas principais revistas acadêmicas da área da educação no Brasil; analisar quais os enfoques abordados por estas pesquisas; analisar as práticas antirracistas que já foram implementadas no contexto da educação infantil; problematizar os desafios persistentes para a implementação da educação antirracista no contexto da educação das crianças de 0 a 5 anos mesmo após os quase 20 anos da sua instituição no currículo oficial brasileiro. O método de ênfase qualitativa e de caráter teórico está alinhado aos estudos decoloniais emancipatórios e estudos das infâncias, articulado com a revisão da literatura sobre a educação infantil antirracista nas produções de dissertações e teses dos programas de pós-graduação brasileiros e das principais revistas da área da educação, conforme critérios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Como resultados, espera-se que a pesquisa contribua para pautar políticas públicas de formação docente, bem como, com as políticas públicas voltadas para a erradicação do racismo na área da educação das infâncias e na sociedade. E também a produção de relatórios de pesquisas para fins de registros e transparência junto a UEMG, bem como, a publicação dos resultados finais em artigo científico.

Palavras-chave: Educação Infantil; Relações Étnico-Raciais; Lei 10.639/2003; Antirracismo.

INTRODUÇÃO

No dia 09 de janeiro de 2003, foi sancionada a Lei 10639 que institui no currículo da educação oficial a “História e Cultura Afrobrasileira”, por meio de alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2003). Em 2008 esta lei foi complementada pela lei 11645/2008 incluindo também a história e cultura dos povos indígenas (BRASIL, 2008). Conforme o parecer 003/2004 apresentado pela relatora Profa. Dra. Petronilha Gonçalves e Silva junto ao Conselho Nacional de Educação, aponta-se que para fins de implementação dos dispositivos legais já citados, deverá ser incluída a temática das relações étnico-raciais na matriz curricular dos cursos de formação de professores para a Educação Infantil, bem como, a construção de uma educação antirracista deverá começar desde o início da educação básica estando em seu currículo (BRASIL, 2004). Ao construir um estado da arte recente sobre a relação “raça” e “educação infantil”, Nilma Lino Gomes (2019) verificou que mesmo se passando mais de 15 anos o racismo continua a atravessar as crianças negras e a se reproduzir no cotidiano escolar, tanto na relação entre as próprias crianças, bem como, na incerteza das professoras sobre como intervir adequadamente em

¹ Pedagoga (Universidade do Estado de Minas Gerais-UEMG), Graduanda, Ibitité, Minas Gerais, Brasil. Contato: grasiela.1394207@discente.uemg.br.



prol de uma postura antirracista.

A sociologia da infância tem contribuído para entender melhor as diferentes experiências de infância das crianças. No caso do Brasil, essas diferenças estão presentes nas desigualdades sociais e raciais que atravessam essa etapa inicial da vida das pessoas. O campo de estudos e pesquisas da sociologia da infância é responsável por desenvolver conceitos como: “Protagonismo infantil, processos de socialização, estrutura social, infância/criança, autoria social/agência, cultura infantil, geração, etnografia, cultura de pares” (ABRAMOWICZ, 2018, p. 375). Estes conceitos têm contribuído para que pesquisadores e educadores passem a projetar novos olhares e criem novas abordagens e análises quanto às relações que as crianças estabelecem com outras crianças e com os adultos. Além disso, a sociologia da infância tem resgatado um movimento de valorizar a voz das crianças, contrariando o adultocentrismo e o colonialismo presentes na educação, onde já se sabe previamente que “são os adultos quem falam das/sobre as crianças e que isto faz parte de uma das linhas do processo que chamamos de socialização” (ABRAMOWICZ, 2018, p. 375).

A socialização das crianças da educação infantil sob lógicas adultocentradas e colonizadoras tende a castrar a curiosidade delas, retirando seu protagonismo no ato de conhecer e do fazer pedagógico. E ainda, as crianças são educadas com base em uma perspectiva eurocêntrica, que desconsidera os preconceitos étnico-culturais presentes nos meios sociais e herdados do longo processo de colonização vivido no Brasil. Assim, compreender as relações micropolíticas que acontecem na educação infantil brasileira em tempos atuais exige a apreensão das relações sociais em sua perspectiva interseccional como raça, gênero e classe.

Nogueira e Alves (2019) destacam que há uma aproximação entre a condição da infância e os povos negros, porque ambos são tratados como invisíveis e estão ausentes das prioridades da matriz eurocêntrica de civilização que é estruturada sobretudo por relações de poder patriarcais, etárias, de classes sociais e coloniais. Isso quer dizer que negros, crianças, mulheres e pobres, população LGBTQIA+, estão em maior situação de exclusão mais distante da condição de cidadania plena em sociedades como a brasileira. Em muitos momentos da história, a escola para crianças negras e indígenas representou seu processo de catequização para curar o mal de serem quem são e discipliná-las conforme os interesses dos colonizadores, que neste caso representaria o bem, o caminho da paz (FANON, 2008).

As infâncias das crianças brasileiras são bem diferentes das infâncias vividas em



países colonizadores. Como ressaltam Abramowicz e Oliveira (2012), estudos como o de Jens Qvotrup sobre a infância como categorial estrutural permanente, enfatizam a análise das crianças por meio de uma perspectiva geracional, sem considerar a questão racial. No caso do Brasil a situação é outra, já que a desigualdade social permeia, sobretudo, por questões raciais, de gênero e classe social e, por isso, é preciso considerar “a diversidade enquanto fator que divide o entendimento sobre a criança e oculta a perspectiva geracional, pois nos leva a discutir políticas de identidade e não a desenvolver estudos sobre a criança enquanto coletividade, ou seja, considerando o status comum entre as crianças” (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2012, p. 52). Também, a “pobreza impacta a criança negra de maneira mais cruel e contundente do que a criança pobre e branca, já que a família negra vive com mais intensidade a desigualdade social. Mas não é só isso, a pobreza é atravessada pela raça, o que significa dizer que a raça é também explicativa da pobreza” (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2012, p. 50).

A partir de uma leitura sociológica sobre a condição da infância no Brasil, pode-se afirmar que não há uma única infância, ou seja, as condições de desenvolvimento humano não são iguais para todas as crianças brasileiras. Para oportunizar condições de igualdade nos direitos sociais a todas as crianças, é preciso considerar que existem diferenças entre elas. Por isso, uma pedagogia que for compreendida como própria para as crianças da educação infantil não pode ser projetada da mesma forma para a criança que mora no Itaim Bibi, bairro nobre de São Paulo com “Muito Elevado” Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e para a que mora no Morro do Alemão, bairro popular com o menor IDH da cidade do Rio de Janeiro. Também, essa pedagogia não pode ser defendida como a mesma para as crianças que moram em reservas indígenas e para as que moram em Nova Lima (maior IDH de Minas Gerais). Muito menos a mesma para as crianças da Noruega e para as que estudam nos centros infantis municipais (CIM's) da cidade de Betim/MG onde 89,84% da população da cidade tem renda familiar de até três salários mínimos e moram em bairros populares carentes de infraestrutura. Uma pedagogia que se diz igual a todas as crianças mas nega as desigualdades socioculturais, étnicas e econômicas, acaba se tornando excludente.

No Brasil a criança negra tem em sua origem familiar uma descendência escravocrata e enfrenta de forma mais letal a perversidade da estrutura social de dominação masculina que tende a favorecer homens brancos (BOURDIEU, 2002; CARNEIRO, 2005; FANON, 2008; NOGUERA; ALVES, 2019; ALMEIDA, 2020). Tais aspectos prejudicam



profundamente a possibilidade de estabilidade social e profissional de suas respectivas mães. Há, ainda, o fato de muitas dessas crianças terem pouco ou nenhum contato com seus pais, tendo em vista que no Brasil 75% das vítimas de homicídios anuais são de jovens negros²¹ (CARNEIRO, 2005; MBEMBE, 2018; GOMES; TEODORO, 2021).

Gomes e Teodoro (2021) vão mais adiante, apontando que além da criança negra ser historicamente associada à marginalidade pelos noticiários, pelo pensamento social e pelos processos históricos de institucionalização da infância no Brasil, está em curso nos tempos atuais, uma necropolítica da infância negra brasileira.

Dados de pesquisa recente, 2020, divulgados no relatório da 14ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, desenvolvida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil, chamam a atenção. Pela primeira vez, a partir dos dados da segurança pública, são analisados dados com o intuito de melhorar a compreensão acerca da violência contra crianças e adolescentes no país. No ano de 2019 foram registrados 4.928 casos de mortes violentas intencionais de crianças e adolescentes entre 0 e 19 anos (o anuário segue o limite de idade recomendado pela Organização Mundial de Saúde). Esses dados foram extraídos dos registros informados por vinte e um estados presentes em todas as regiões brasileiras, representando 83,56% do total da população do país. Os dados desagregados por cor/raça indicam que os negros representam 75,28% das crianças de 0 a 19 anos vítimas de mortes violentas intencionais no Brasil. Em todas as faixas etárias, o número de vítimas negras é maior que o número de vítimas brancas. Ao verificar os tipos de crimes que levam à morte, concluiu-se que em todas as idades, o principal tipo de crime que leva à morte de crianças e adolescentes era o homicídio. O percentual de vítimas, por cor e faixa etária, em relação ao total de casos de um determinado tipo de crime demonstra que, independentemente do tipo de crime, aproximadamente 70% das vítimas eram negras, chegando a representar 68,58% dos homicídios e 74,58% das mortes decorrentes de intervenção policial. Ainda, no ano de 2020, especificamente, os meios de comunicação divulgaram, permanentemente, notícias sobre crianças e adolescentes assassinados, particularmente, nas comunidades da cidade do Rio de Janeiro. Os dados demonstram que o genocídio da população negra está ocorrendo em faixas-etárias cada vez mais novas e que a reatualização permanente do imaginário coletivo, pautado na estigmatização e no racismo, é a base [...]. Esse é um deslocamento importante de ser observado, há em curso um processo de necropolítica, compreendido, na realidade brasileira e, especificamente na situação aqui analisada, um poder estatal sobre quem deve morrer: a escolha, tem se ampliado em casos de crianças inseridas em territórios historicamente considerados negros (GOMES; TEODORO, 2021, p. 12; 15).

Se há em curso na sociedade brasileira uma necropolítica da infância negra, onde cada vez mais se matam pessoas negras em tenra idade, crianças e adolescentes, é preciso se perguntar como a educação infantil tem atuado diante a necessidade de proteção,

² Para mais informações ver: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,75-das-vitimas-de-homicidio-no-pais-sao-negras-aponta-atlas-da-violencia,70002856665>>. Acessado em 12 mar. 2022.



educação e assistência às crianças negras, que sobretudo habitam as regiões das periferias da cidade, pois mesmo estando nas instituições de educação infantil, não quer dizer que estão salvas ou livres de um tratamento subalterno. Como destacam Gomes e Teodoro (2021) a criança negra ainda é vista no pensamento social hegemônico “como perigosa, delinquente e, por suposto, merecedora de confinamento. Por outro lado, essas crianças estão sendo assassinadas nas comunidades das periferias das grandes cidades e ainda contadas através do halo do ‘menor’” (GOMES; TEODORO, 2021, p. 3). A educação no Brasil precisa pensar urgentemente práticas pedagógicas que minimizem e acabem com a opressão infantil, principalmente de crianças negras que vivem em situação de marginalidade político-social. Estas crianças não podem mais ser percebidas na escola exclusivamente por “problemas de relacionamento com seus colegas e professores ocasionados pela cor, gerando uma relação conflituosa e, muitas vezes, nociva para aqueles que acabam sendo rejeitados por seus atributos físicos”, isto desde a educação infantil (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2012, p. 54).

É nesse sentido que este projeto de pesquisa apresentado junto a Universidade do Estado de Minas Gerais busca construir um diagnóstico sobre a implementação da educação infantil antirracista amparada pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 a partir da produção científica brasileira. Para tanto, será necessário identificar quais foram as teses e dissertações desenvolvidas sobre o tema educação infantil e relações étnico-raciais nos programas de pós-graduação do Brasil; identificar em quais artigos já foram publicados sobre o tema educação infantil e relações étnico-raciais nas principais revistas acadêmicas da área da educação no Brasil, conforme classificação da Capes; analisar quais as temáticas foram abordadas por estas pesquisas; analisar as práticas antirracistas que já foram implementadas no contexto da educação infantil; problematizar os desafios persistentes para a implementação da educação antirracista no contexto da educação das crianças de 0 a 5 anos mesmo após os quase 20 anos da sua instituição no currículo oficial brasileiro.

JUSTIFICATIVA

De acordo a Constituição Federal de 1988 a educação escolar é um direito de todos, independente de cor, raça, classe, social. Porém a escola continua a ser no século XXI um locus de reprodução do racismo (HOOKS, 2013; GOMES, 2019; GOMES, 2020;



GOMES, TEODORO, 2021; NOGUERA; ALVES, 2019). As infâncias das crianças brasileiras são bem diferentes das infâncias vividas por crianças dos países colonizadores, ou das infâncias das elites coloniais existentes dentro do próprio território do Brasil (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2012; ARENHART; SILVA, 2014). A criança negra brasileira tem em sua origem familiar, o histórico da exclusão de direitos de cidadania, pois quando se fundou o Estado Liberal no Brasil a escravidão ainda era prática legalizada (NOGUERA, 2019). Por isso, é cada vez mais urgente compreender os desafios que perpassam os processos educativos das crianças negras e não negras, para que cada vez mais a educação escolar contribua com o combate do racismo.

A pesquisa deste projeto tem como impacto social a produção de conhecimento científico articulado aos problemas sociais (STETSENKO, 2021; MUNANGA, 2020) e com a busca de caminhos para seus enfrentamentos, tendo como enfoque a área das infâncias e da educação infantil e das possibilidades e desafios de combater o racismo, um dos principais problemas enfrentados pela sociedade brasileira (ALMEIDA, 2020). Assim, busca-se também contribuir para a promoção dos princípios estabelecidos no Artigo 3º da Constituição Federal de 1988 que dispõe sobre a construção de uma “sociedade, livre, justa e solidária” que garanta o “desenvolvimento nacional” com erradicação da “pobreza” e da “marginalização” reduzindo as “desigualdades sociais e regionais”, e que isso ocorra “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, Art. 3).

OBJETIVOS DA PESQUISA

Geral:

- Construir um diagnóstico sobre a implementação da educação infantil antirracista amparada pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 a partir da produção científica brasileira.

Específicos:

- Identificar quais foram as teses e dissertações desenvolvidas sobre o tema educação infantil e relações étnico-raciais nos programas de pós-graduação do Brasil;
- Identificar em quais artigos já foram publicados sobre o tema educação infantil e relações étnico-raciais nas principais revistas acadêmicas da área da educação no Brasil, conforme classificação da Capes;

- Analisar quais os enfoques abordados por estas pesquisas;



- Analisar as práticas antirracistas que já foram implementadas no contexto da educação infantil;
- Problematicar os desafios persistentes para a implementação da educação antirracista no contexto da educação das crianças de 0 a 5 anos mesmo após os quase 20 anos da sua instituição no currículo oficial brasileiro.

MATERIAIS E MÉTODOS

A proposta de pesquisa a ser realizada trata-se de pesquisa bibliográfica a partir das teses, dissertações e artigos científicos já produzidos nos contextos dos programas de pós-graduação e principais periódicos da área da educação no Brasil. O enfoque teórico abordado parte de estudos decoloniais/antirracistas alguns destes já apresentados no escopo da introdução e fundamentação teórica sendo os trabalhos desenvolvidos por Carneiro (2005), Hooks (2013), Mbembe (2018), Gomes (2019; 2020), Gomes e Teodoro (2021), Nogueira e Alves (2019), Abramowicz e Oliveira (2012) entre outros. Os estudos decoloniais/antirracistas serão a lente analítica para a discussão da revisão da literatura/estado-da-arte da produção relacionada aos descritores “infâncias”, “educação infantil”, “racismo”, “antirracismo” e “étnico-raciais” oriundas de teses e dissertações de todos os programas de pós-graduação em educação brasileiros. Atualmente, conforme dados da Plataforma Sucupira, são 191 os programas existentes na área da educação². Também, serão utilizados neste levantamento artigos de revistas publicadas nas 10 principais revistas dos programas de pós-graduação em educação, que são: Cadernos de Pesquisa, Educação & Sociedade, Educação e Pesquisa, Educação e Realidade, Educação em Revista; Educar em Revista, Ensaio - Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Pró-Posições, Revista Brasileira de Educação, Educação Temática Digital, todas estas revistas foram classificadas como A1 pela CAPES nas avaliações do Qualis Capes de 2010-2012, 2013-2016 e 2017-2020.

RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que os resultados obtidos com a pesquisa contribuam para pautar políticas públicas de formação docente junto a UEMG e outras universidades, bem como, políticas públicas voltadas para a erradicação do racismo na área da educação das infâncias e na

² Informações disponíveis em:

<<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoA>



reaConhecimento.xhtml?areaAvaliacao=38>

Sociedade.

RELEVÂNCIA E IMPACTO DO PROJETO DE PESQUISA PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO, ARTÍSTICO-CULTURAL OU DE INOVAÇÃO

A pesquisa deste projeto tem como impacto social a produção de conhecimento científicoarticulado aos problemas sociais (STETSENKO, 2021; MUNANGA, 2020) e com a busca de caminhos para seus enfrentamentos, tendo como enfoque a área das infâncias e da educação infantil e das possibilidades e desafios de combater o racismo, um dos principais problemas enfrentados pela sociedade brasileira (ALMEIDA, 2020). Assim, busca-se também contribuir para a promoção dos princípios estabelecidos no Artigo 3º da Constituição Federal de 1988 que dispõe sobre a construção de uma “sociedade, livre, justa e solidária” que garanta o “desenvolvimento nacional” com erradicação da “pobreza” e da “marginalização” reduzindo as “desigualdades sociais e regionais”, e que isso ocorra “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, Art. 3).

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. Sociologia da Infância: traçando algumas linhas. *Contemporânea*, v. 8, n. 2, p. 371-383, 2018.

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana. As relações étnico-raciais e a sociologia da infância no Brasil: alguns aportes. In: BENTO, Maria Aparecida Silva. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: CEERT, 2012.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

ARENHART, Deise; SILVA, Maurício Roberto da. Entre a favela e o castelo: infância, desigualdades sociais e escolares. *Cadernos Ceru*, v. 25, n. 1, p. 59-82, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Constituição Da República Federativa Do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 30 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as ANAIS DO II SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS VOLUME 2, 2023, CEEINTER. ISSN: 2965-5102



diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em 30 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003:** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em 30 jan. 2023.

BRASIL. **Parecer Nº CNE/CP 003/2004:** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em 30 jan. 2023.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. 338f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Paulo, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Renato Silveira (trad.). Salvador: EdUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: GROSFOGUEL, Ramón; BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

GOMES, Nilma Lino. Raça e educação infantil: à procura de justiça. **Revista e-Curriculum**, v. 17, n. 3, p. 1015-1044, 2019.

GOMES, Nilma Lino; TEODORO, Cristina. Do poder disciplinar ao biopoder à necropolítica: a criança negra em busca de uma infância descolonizada. **Childhood & Philosophy**. Rio de Janeiro, v. 17, p. 1-16, 2021.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. Marcelo Brandão Cipolla (trad.). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Entrevista:** Ecoa Uol: “Mudar as coisas”, Uol, mai. 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/intelectual-deve-influenciar-na-mudanca-diz-antropologo-kabengele-munanga/#:~:text=Voc%C3%AA%20pode%20ser%20um%20cientista,%C3%A9%20mensur%C3%A1vel%20em%20perspectiva%20hist%C3%B3rica>>. Acesso em 30 jan. 2023.



NOGUERA, Renato. O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva. **Momento-Diálogos em Educação**, v. 28, n. 1, p. 127-142, 2019.

NOGUERA, Renato; ALVES, Luciana Pires. Infâncias diante do racismo: teses para um bom combate. **Educação e realidade**. Porto Alegre, v. 44, n. 2, p. 1-22, e88362, 2019.

STETSENKO, Anna. Ético-ontopistemologia ativista: pesquisa estudo de resistência. In: COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA DA ANPED. *Ética e pesquisa em Educação: subsídios* – Vol. 2. Rio de Janeiro: ANPED, 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ADICHE, Chiamamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas**: um manifesto. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017.

BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012a.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao fracasso escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação. São Paulo: Contexto, 2003.

DIAS, Lucimar Rosa. **No fio do horizonte**: educadoras da primeira infância e o combate ao racismo. Orientadora: Denice Barbara Catani. 2007. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

KUHLMANN JR., Moyses. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação para quem?. **Ciência e Cultura**. Campinas, v. 28, n. 12, p.1466-1471, dez. 1976.

SANTIAGO, Flávio. Gritos sem palavras: resistências das crianças pequeninhas negras frente ao racismo. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, p. 129-153, 2015.

TEODORO, Cristina. **Identificação étnico-racial na voz de crianças em espaços de educação infantil**. Orientadora: Cláudia Leme Ferreira Davis. 2011. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.